

As relações entre o público e o privado na expansão da Educação Superior no Brasil de 2006 a 2016

Nataniel da V. C. G. Araújo
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
nataniel@uft.edu.br

Anderson Fabrício Andrade Brasil
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
sonsbrasil@mail.uft.edu.br

Antonivaldo de Jesus
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
anjesus@uft.edu.br

Cícero da Silva
cicolinas@uft.edu.br
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Resumo:

O presente artigo busca analisar a expansão da educação superior no Brasil efetivada pelas categorias administrativas pública e privada, principalmente entre os anos de 2006 a 2016 e algumas relações da garantia da qualidade da educação ofertada. Em primeiro lugar, desenvolve-se um estudo bibliográfico abordando a importância que este nível de educação atinge na atual sociedade. Analisa-se também que a predominância do setor privado na educação superior brasileira segue algumas orientações de teor neoliberal para a mercantilização deste nível de educação encontradas em publicações veiculadas por organizações multilaterais como a UNESCO e o Banco Mundial. Em segundo lugar, o artigo faz uma análise comparativa do crescimento da categoria administrativa pública e privada no Brasil, principalmente entre os anos de 2006 a 2016 tendo como base de dados o Censo da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Tomam-se também por base algumas estatísticas anteriores a 2006 a fim de obter-se uma visão mais ampla do movimento da realidade brasileira. Após as análises, constata-se que existe um crescimento paulatino das matrículas em favor do setor privado, acumulando percentual de crescimento na ordem de 584,5% quando se considera o ano de 1980 em detrimento de 304,3% do setor público. Esse avanço contínuo do setor privado conduziu em 2016 à detenção do patamar de 75,3% do total de matrículas na educação superior, o que atesta que a política de Estado é o fortalecimento do setor privado em detrimento do público. Com isso, questiona-se se o setor privado é a alternativa mais viável para a realidade brasileira a fim de garantir o acesso democrático e a qualidade desejada para esse nível de educação.

Palavras-chave: Educação Superior; Público; Privado; Expansão.

ABSTRACT: This article analyzes the expansion of higher education in Brazil carried out by the public and private administrative categories, mainly between the years of 2006 to 2016 and some relations of the guarantee of the quality of the offered education. In the first place, a bibliographic study is developed addressing the importance that this level of education reaches in the present society. It is also analyzed that the predominance of the private sector in Brazilian higher education follows some neoliberal guidelines for the commodification of this level of education found in publications run by multilateral organizations such as UNESCO and the World Bank. Second, the article makes a comparative analysis of the growth of the public and private administrative category in Brazil, mainly between the years of 2006 and 2016 the Census of Higher Education of the Ministry of Education (MEC) and the National Institute of Studies and Educational Research Anísio Teixeira (INEP). Also based on some statistics previous to 2006 in order to obtain a broader view of the Brazilian reality movement. The analysis show there is a gradual growth of enrollments in favor of the private sector, accumulating a percentage of growth in the order of 584.5% when considering the year of 1980 to the detriment of 304.3% of the public sector. This continuous advance of the private sector led in 2016 to hold the level of 75.3% of total enrollment in higher education, which attests that state policy is the strengthening of the private sector to the detriment of the public. With this, it is questioned if the private sector is the most viable alternative for the Brazilian reality, in order to guarantee democratic access and quality for this level of education.

Keywords: Higher Education; Public; Private; Expansion.

Introdução

O estudo atualiza dados anteriores as quais têm como objetivo refletir sobre a expansão da educação superior no Brasil e os vínculos existentes entre as categorias administrativas público e privado na série histórica de 2006 a 2016.

No contexto atual, brasileiro, as questões que envolvem o acesso à educação superior se revestem de grande importância por algumas razões, dentre as quais pode-se destacar com a existência de um *déficit* numérico, o qual se explica historicamente em razão de que o Brasil se inicia tardiamente nesse nível de educação, além de que a educação superior tem sido relegada a segundo plano quando se trata de políticas públicas.

Há que se enfatizar o fato de que as reformas de Estado, incluindo aqui a criação de legislação específica para a educação, no caso a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), a qual também tem servido de fundamento para a consolidação das orientações neoliberais para a expansão e mercantilização majoritária da educação superior no Brasil. É nesse panorama que se processa a reestruturação da educação superior, tendo como fundamento dessas reformas o forte interesse do capital nacional e transnacional na educação superior brasileira em razão de que são dezenas de milhões de potenciais “consumidores” necessitados de educação terciária.

Neste sentido, este artigo busca analisar qualitativa e quantitativamente o acesso à educação superior no Brasil, defendendo que essa expansão foi articulada pelos fundamentos neoliberais da redefinição do papel Estado com gastos sociais, tendo sido entregue majoritariamente nas mãos do setor privado. Busca também estabelecer as relações dialéticas do fenômeno estudado entendendo que o mesmo é fruto de múltiplas determinações as quais precisam ser analisadas pelo considerando-se as categorias de totalidade e contradição presentes fenômeno.

Inicia-se o artigo com uma pesquisa bibliográfica, a começar pelas reflexões de alguns autores a respeito da importância da educação superior no mundo atual. Analisa também nesse item a abordagem de várias diretrizes de cunho neoliberal emitidas pelo Banco Mundial e pela UNESCO incentivando amplamente o acesso a esse nível de ensino pelo setor privado. Em segundo lugar, faz uma reflexão sobre o movimento da realidade brasileira através de série histórica divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) através do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2016), o qual está dividido nas categorias administrativas pública e privada. À guisa de considerações finais, procede-se a reflexão sobre a predominância do setor privado em detrimento do setor público, o que explicita a opção mercadológica para a oferta de educação superior no Brasil analisada no recorte da série histórica de 2006 a 2016.

Sobre isso, Cabral Neto e Castro (2011, p. 20, 21), afirmam que o Banco Mundial (2000)

orienta a adoção de práticas mais eficientes, apesar de que o Banco admite que “[...] o setor privado (com fins lucrativos) teria problemas para instituir programas de qualidade, principalmente ao se tratar de uma educação de curto prazo, vinculada, preferencialmente, às necessidades do mercado.”

1. A educação terciária e sua importância para a divulgação do conhecimento

Constata-se que uma das mais importantes características a sociedade contemporânea é a mesma está buscando cada vez mais se fundamentar no conhecimento como peça central. Este fato se confirma, inclusive pela nomenclatura da sociedade contemporânea, o qual é conhecida como *sociedade do conhecimento*. Muitos fatos atestam essa verdade. Dentre eles, destaca-se a existência, em níveis antes nunca visto, da globalização em diferentes níveis político, econômico, cultural, tecnológico e a multiplicidade de canais que fazem o conhecimento circular no mundo em tempo real. Associado a isso como um dos incentivadores dessa dinâmica, destaca-se a atual formação capitalista neoliberal que também atingiu níveis mundiais e os tipos de concorrência advindas desse modelo de sociedade.

Neste sentido, Bernheim e Chauí (2008, p.7), afirmam que “[...] o capital intelectual está se tornando o principal pecúlio das empresas. Estima-se que, hoje, mais da metade do PIB das maiores economias da OCDE estão baseadas no conhecimento.”

Essa situação tem relação direta com as ações realizadas pela universidade na medida em que parte significativa do conhecimento da mesma. Com isso, se reveste de fundamental importância o acesso a esse nível de educação, em razão de que existe um número crescente em busca de formação terciária. Essa situação carrega consigo todas as suas contradições, posto que o conhecimento deveria ser independente, mas está cada vez mais atrelado ao capital especulativo.

Bernheim e Chauí (2008, p.17), afirmam que, desde suas origens, a educação universitária tem perseguido a meta de criar, transmitir e disseminar conhecimento. Conforme vimos, se o conhecimento ocupa hoje lugar central nos processos que configuram a sociedade contemporânea, as instituições que trabalham com e sobre o conhecimento participam também dessa centralidade. Essa consideração levou a nova análise das relações entre a sociedade e as instituições de educação superior, e a fortalecer a relevância do papel estratégico da educação superior.

A esse respeito, o documento do Banco Mundial, intitulado *Higher Education in Developing Countries: Peril and Promise*, ao tratar sobre os perigos e promessas da educação superior nos países em desenvolvimento, o documento afirma que “The world economy is changing as knowledge supplants physical capital as the source of present (and future) wealth¹ (BANCO

¹ Documento preparado por um Grupo Sobre Educação Superior e Sociedade. Esse grupo foi convocado pelo Banco

MUNDIAL, 2000, p. 9).

Destarte, é correto afirmar que existe uma profunda relação entre conhecimento e desenvolvimento econômico no mundo atual, destacando-se a relação que o documento faz com o progresso dos países e o papel que a universidade ocupa na condição de entidade promotora de conhecimento.

O Documento adiciona ainda algumas observações e dados sobre a relação entre conhecimento, capital humano e riqueza ao afirmar que

Today, global wealth is concentrated less and less in factories, land, tools and machinery. The knowledge, skills and resourcefulness of people are increasingly critical to the world economy. Human capital in the USA is now estimated to be at least three times more important than physical capital². (BANCO MUNDIAL: 2000, p. 15)

De fato, essa argumentação atesta o patamar de importância que o conhecimento ocupa atualmente e suas relações com o crescimento da sociedade contemporânea.

O Banco Mundial (2002), em outro documento intitulado *Higher Education in Brazil: Challenges and Options*, cita algumas estatísticas as quais demonstram o quanto o Brasil está bem atrás numericamente da maioria dos países da América Latina, e principalmente dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

Ainda respeito da centralidade que o conhecimento tem em um mundo cada vez mais competitivo, destaca-se a primeira Conferência Mundial sobre a Educação Superior (CMES), a qual foi realizada em Paris, no ano de 1998. A realização da Conferência aponta para o fato de que a educação superior ocupa cada vez mais crescente grau de centralidade dentro da agenda internacional ao ponto de as agências internacionais convocarem duas conferências mundiais para discutirem sobre a centralidade deste nível de ensino no mundo.

Assim, a Declaração advinda dessa conferência (UNESCO, 1998), em sua parte inicial, intitulada de *Compendio de la Declaración Mundial sobre la educación Superior*, em seu tópico nº 2, tem-se a seguinte afirmação “[...] la educación superior está desempeñando funciones sin precedentes em la sociedade actual como componente esencial del desarrollo cultural, social, económico y político, [...]”.

Por sua vez, a segunda CMES realizada em Paris, no ano de 2009, ao abordar sobre a importância da educação superior, afirma em sua parte preambular, que:

En ningún otro momento de la historia ha sido más importante que ahora la inversión em los estudios superiores, por su condición de fuerza primordial para la construcción de sociedades del conocimiento integradoras y diversas, y para fomentar la investigación, la innovación y la

Mundial e pela UNESCO a fim de que discutissem os desafios encontrados na educação superior de alguns países em desenvolvimento. O evento reuniu especialistas em educação de 13 países, incluindo o Brasil, e foi realizado em Paris, entre os dias 19 a 23 de março de 2002.

² “Na atualidade, a riqueza mundial está cada vez menos concentrada em fábricas, terra, ferramentas e maquinarias. O conhecimento, as habilidades e a desenvoltura das pessoas são cada vez mais decisivos para a economia mundial. Estima-se que o capital humano nos Estados Unidos é, atualmente, três vezes maior do que o capital físico (Tradução livre).”

creatividade. (UNESCO, 2009)

Os textos acima retirados das CMES's reafirmam a importância que a educação superior ocupa como alternativa para os vários desafios do mundo contemporâneo, inclusive na condição de elemento solucionador de questões políticas e promotora de paz pela divulgação da ciência, pela propagação de um estilo de vida, pela reafirmação de uma ideologia capitalista ou por possibilitar ocupação ao longo da vida, além de ser de extrema importância para o desenvolvimento econômico dos países na medida em que os novos conhecimentos, inventos, descobertas e patentes criadas movem o capitalismo, e conseqüentemente, movem o mundo.

Assim, dentre tantos fatores, vê-se que os organismos internacionais passaram a prescrever no receituário neoliberal o conhecimento e a competitividade como alternativas para o desenvolvimento. Esse fato aumentou estratosféricamente a busca por formação com pressões cada vez mais frequente sobre os sistemas educacionais de todos os níveis e sobre o indivíduo, o qual deveria custear sua formação acadêmica, desobrigando progressivamente o Estado dessa função.

Constata-se claramente que se cumpre o escopo neoliberal em que, por medidas de enxugamento do aparelho estatal, foi efetivada uma prática que se constituiu em um novo espaço econômico vinculado à globalização do mercado ligado à educação superior.

Nessa perspectiva, a universidade, além de produzir para o mercado, ela mesma se produz como mercado, na análise de Santos (2004). Diante disto, as transformações ocorridas no âmbito do Estado no plano das políticas públicas de educação demonstram um processo de fortalecimento dos princípios da focalização, descentralização, desregulamentação e privatização dos serviços públicos.

2. A prevalência do setor privado na educação superior no Brasil

Nesta segunda parte do artigo, analisam-se dados de uma série histórica de 2006 a 2016 (BRASIL, 2016), na qual pode-se perceber os índices que a educação superior no Brasil tem tomado em relação ao quantitativo de matrículas nas categorias administrativas pública e privada.

Desta forma, em acordo com Brasil (2016), constata-se claramente o aumento das matrículas na educação superior no setor privado em detrimento do setor público. Verifica-se que de acordo com INEP (1999), havia no ano de 1980 um total de 1.377.286 estudantes de nível superior no Brasil, sendo que 885.054 (64%) estava em instituição privada e 492.232 (36%) estava matriculada em instituição pública. Observa-se que, naquela época já havia o predomínio da educação superior privada, a qual possuía cerca de 2/3 das matrículas em detrimento da educação superior pública, a qual detinha cerca de 1/3 do total das matrículas. A esse respeito, pode-se constatar no Gráfico 1 abaixo o crescimento paulatino do setor privado em detrimento do setor público.

Gráfico 1 - Evolução das Matrículas de Educação Superior de Graduação, por categoria administrativa Brasil – 1980 – 2016.



Fonte: Brasil (2016).

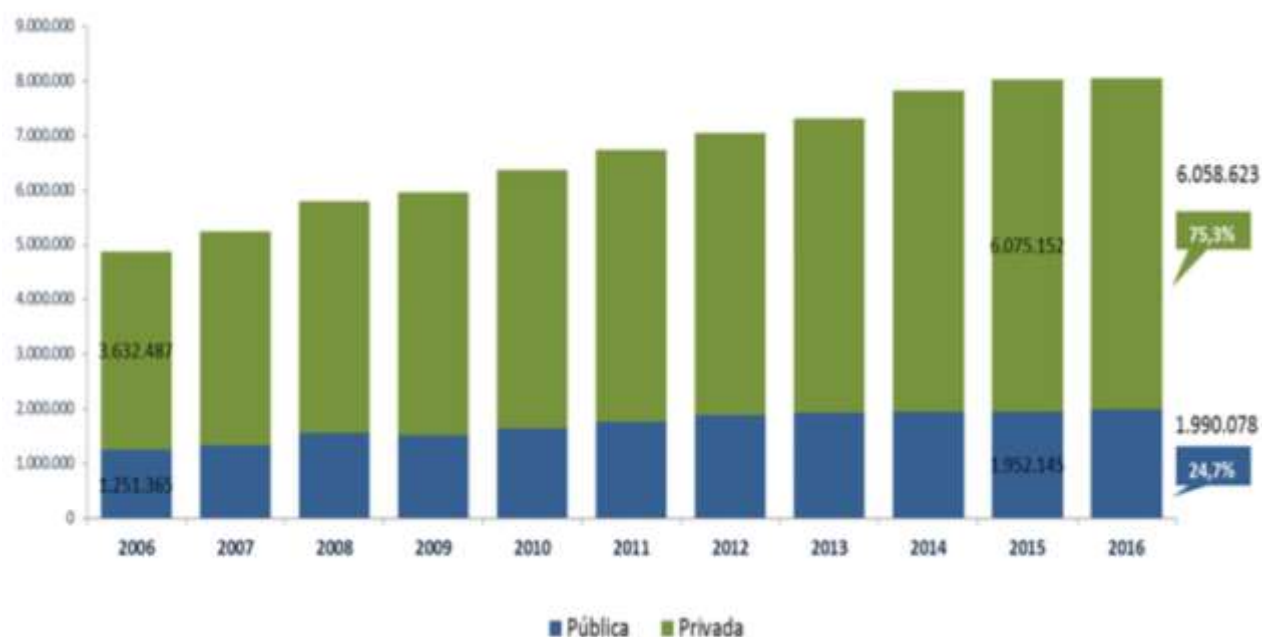
Ao observarmos atentamente, constata-se que a educação superior privada em 2016 já detém cerca de $\frac{1}{4}$ do total de matrículas no Brasil.

Fazendo-se uma análise da série histórica compreendida entre os anos de 2006 a 2016, observa-se que em 2006, de um total de 4.883.852 estudantes, o setor privado detinha 3.632.487 matrículas – o que representava 74,4%. Neste mesmo ano, o setor público detinha 1.251.365 matriculados, perfazendo o percentual de 25,6% do total das matrículas.

Ao analisar-se o ano de 2016, pode-se constatar que de um total de 8.048.730 estudantes da educação superior, o setor privado detinha 6.058.652 matrículas, perfazendo um percentual de 75,3%. Neste mesmo ano, a categoria administrativa pública contabilizava 1.990.078 estudantes, o que totalizava 24,7% do total das matrículas. Constata-se nestes 10 (dez) anos que o setor privado conseguiu crescimento na ordem de 0,9%. A princípio, pode-se acreditar que esse seja um percentual pequeno, mas convém observar o crescimento paulatino no decorrer dos anos em favor da categoria administrativa privada.

Quando comparado o crescimento da educação superior pública nessa série histórica, percebe-se que a mesma cresceu 59% enquanto a educação superior privada cresceu 66,8% em relação a si própria. Observe o Gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2 – Número de matrículas em cursos de graduação, por categoria administrativa – Brasil – 2006 – 2016



Fonte: Brasil (2016)

Sobre o quantitativo de instituições no Brasil e a categoria administrativa das mesmas, constata-se predominância ainda maior no setor privado. Veja na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Número de instituições de educação superior, por organização acadêmica e categoria administrativa – Brasil – 2016.

Ano	Instituições								
	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2016	2.407	108	89	10	156	138	1.866	40	a

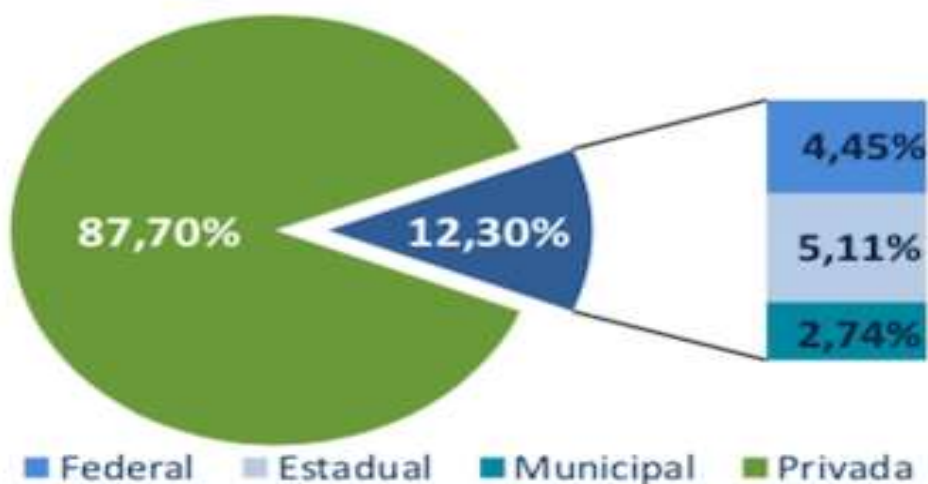
(a) Não se aplica.

Fonte: Brasil (2016)

De um total de 2.407 instituições de educação superior no Brasil em 2016, tem-se 2.111 instituições privadas – o que equivale a 87,7%. Enquanto isso, tem-se somente 296 instituições públicas ou 12,3%. No que diz respeito às instituições públicas, constata-se que 41,6% (123) são estaduais, 36,1% (107) são federais e 22,3% (66) são municipais. Confira no Gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3: Percentual de instituições de educação superior por categoria administrativa – Brasil - 2016

Categoria Administrativa



Fonte: Brasil (2016)

A respeito do quantitativo de cursos, constata-se que de um total 34.366, havia em 2016 23.824 (69,3%) pertencentes à categoria administrativa privada e 10.542 (30,7%) pertencentes ao setor público. Esses e outros dados adicionais poderão ser conferidos no Quadro 1 abaixo:

Quadro Resumo – Estatísticas Gerais da Educação Superior, por Categoria Administrativa – Brasil – 2016

Estatísticas Básicas	Categoria Administrativa					
	Total Geral	Pública			Privada	
		Total	Federal	Estadual		Municipal
Número de Instituições	2.407	296	107	123	66	2.111
Educação Superior - Graduação						
Curso ¹	34.366	10.542	6.234	3.574	734	23.824
Matrícula	8.048.701	1.990.078	1.249.324	623.446	117.308	6.058.623
Ingresso Total	2.985.644	529.492	342.986	151.791	34.715	2.456.152
Concluinte	1.169.449	246.875	146.367	81.279	19.229	922.574
Educação Superior - Sequencial de Formação Específica						
Matrícula	3.553	420	129	264	27	3.133
Educação Superior - Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>						
Matrícula	347.035	292.023	200.442	89.937	1.644	55.012
EDUCAÇÃO SUPERIOR - TOTAL						
Matrícula Total	8.399.289	2.282.521	1.449.895	713.647	118.979	6.116.768
Função Docente em Exercício ^{2,3}	384.094	169.544	110.105	51.791	7.648	214.550
Docente em Exercício ^{2,4}	353.082	167.409	109.484	50.437	7.508	185.673

Fonte: Mec/Inep - MEC/Capes. Quadro elaborado por Inep/Deed

Notas:

(1) Não constam dados de cursos de Área Básica de Ingressantes;

(2) Não incluem os docentes que atuam exclusivamente na Pós-Graduação *Lato Sensu*;

(3) Corresponde ao número de vínculos de docentes a Instituições de Educação Superior;

(4) Quantidade de CPP's distintos dos docentes em exercício em cada Categoria Administrativa, podendo um docente estar em duas ou mais categorias diferentes.



INEP MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



Quadro Resumo

Fonte: Brasil (2016).

As análises estatísticas conduzem à constatação de que existe uma predominância do setor privado em detrimento do setor público. A esse respeito, segundo com Chaves, Amaral e Cabrito (2012, p. 58,59), o Brasil é a “[...] terceira maior privatização desse nível de ensino, considerando-se diversos países, sendo superada apenas pelo Chile (76,6%), Coreia do Sul (80,2%)

e Japão (79,2%).”

Verifica-se que esse fato acentua o caráter mercantilista da educação superior brasileira, principalmente quando se considera o fato de que nas instituições privadas, via de regra, o financiamento é individual, desobrigando assim o Estado de maiores investimentos neste nível educacional.

3. Considerações finais:

O artigo tratou a respeito da expansão da educação superior no Brasil analisando as relações entre as categorias administrativa pública e privada tentando captar os elementos de contradição existentes nessa relação. Constatou que na série histórica de 2006 a 2016 houve crescimento do setor privado o qual detinha 75,3% do total das matrículas, enquanto a categoria administrativa pública contabilizava apenas 24,7% dos estudantes. O alcance desses patamares reflete a décadas a existência de um crescimento paulatino do setor privado.

Atesta-se que, o processo expansionista brasileiro – que muitos podem chamar de democratização da educação superior, mas que na realidade se constitui em mercantilização desse nível de ensino posto que o setor privado tem crescido continuamente mais do que o setor público.

As análises feitas com bases nas séries históricas revelam quão predominante é a categoria privada em todos os sentidos. Convém salientar que o Brasil precisa crescer bastante em relação aos índices de educação superior, mas a questão principal se relaciona com a entrega desse nível educacional ao setor privado, deixando assim grande parte da população desprovida de educação superior principalmente pelos custos existentes.

Constata-se que pela centralidade e importância desse nível de educação, se faz necessário a existência de políticas fundamentadas na educação pública e de qualidade. Via de regra, a opção pelo viés economicista deixa de fora altos índices da população além de que revela o abandono do Estado ou entreguismo para o setor privado.

Referências

Banco Mundial (2000). *Higher Education in Developing Countries: Peril and Promises* Washington – D.C. EUA.

Banco Mundial (2002). *Higher Education in Brazil: Challenges and Options*. Washington – D.C. EUA.

BRASIL. **Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação superior 2016. **Notas Estatísticas**. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em: 20 de fev. 2018.

BERHEIM, Carlos Tünnermann; CHAUÍ, Marilena de Souza. (2008). *Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior*. – Brasília: UNESCO.

CABRAL NETO, Antonio; CASTRO, Alda. M. D. A. A supremacia da iniciativa privada na expansão do ensino superior: realidade brasileira e repercussões no RN. In: Cabral Neto, A. Nascimento, Ilma V. e Chaves, Vera J.(orgs). *Política de expansão da educação superior no Brasil: democratização às avessas*. – São Paulo : Xamã, 2011.

CHAVES, Vera L. J.; AMARAL, Nelson C., CABRITO, Belmiro G. Financiamento da educação superior: tendências atuais no Brasil e Portugal. In: MANCEBO, Deise, BITTAR, Marluce, CHAVES, Vera L. J.(Orgs.) *Educação superior: expansão e reformas educativas*. Maringá: Eduem, 2012

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (1999). INEP. *Evolução do ensino superior: 1980 – 1998*. Brasília, 1999. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf Capturado em: 15 ago. 2018.

Santos, Boaventura de S. (2004). *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez. (Coleção questões da nossa época, 120).

UNESCO. *Conferencia Mundial sobre la Educación Superior: La educación superior em el siglo XXI – visión y acción*. París, 1998.

UNESCO. *Conferencia Mundial sobre la Educación Superior 2009: La nueva dinámica de la educación superior y la investigación para el cambio social y el desarrollo*. París, 2009.